

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO DE 2025

1 – Contexto Operacional

O Consórcio Público Intermunicipal Culturando do Estado de São Paulo - é pessoa jurídica de direito público interno do tipo associação pública que integra a administração indireta de todos os entes da federação consorciados, com patrimônio próprio, autonomia administrativa e financeira, regendo-se pelo Estatuto, pelas normas regimentais que adota e pela legislação que lhe seja aplicada.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CULTURANDO, constituído sob a forma de pessoa jurídica de direito público com natureza jurídica autárquica, regido nos termos do Contrato de Consórcio consolidado e aprovado em Assembleia Geral Ordinária realizada aos 22 de agosto de 2024, subscrito e ratificado pelos Chefes dos Executivos dos Municípios consorciados, assim como pela Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005, e pelo Decreto nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007.

O Consórcio tem por finalidade a promoção do desenvolvimento regional integrado, por meio da cooperação entre os municípios consorciados, atuando na implementação de políticas públicas, execução de serviços de interesse comum e apoio técnico, administrativo e operacional aos entes participantes.

Dentre suas principais áreas de atuação, destacam-se gestão compartilhada de políticas públicas de Cultura e Turismo, com ênfase na execução de oficinas culturais, eventos, atividades artísticas (música, dança, artes) e fomento ao desenvolvimento local através de cursos gratuitos e fortalecimento da Rede de Pontos de Cultura

Atualmente o CULTURANDO conta com 16 (dezesseis) entes consorciados, sendo os seguintes municípios do Estado de São Paulo: AMÉRICO BRASILIENSE, ARIRANHA, ARAMINA, GAVIÃO PEIXOTO, GUATAPARÁ, ILHABELA, JABOTICABAL, MONTE ALTO, MONTE AZUL PAULISTA, MOTUCA, NATIVIDADE DA SERRA, QUELUZ, SANTA LÚCIA, SEVERÍNIA, VIRADOURO, VISTA ALEGRE DO ALTO.

2 – Base de preparação das demonstrações e políticas contábeis aplicadas

As demonstrações contábeis apresentadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos órgãos da administração pública – NBC's TSP – convergida das Normas Internacionais de Contabilidade – *International Public Sector Accounting Standards (IPSAS)*, editadas pelo *International Public Sector Accounting Standards Board (IPSASB)*.

As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais (R\$), moeda de apresentação funcional do Brasil, elaborada pelo custo histórico como base de valor, salvo quando indicado de forma diferente.

A administração do Consórcio avalia a capacidade da continuidade, bem como não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a continuidade nas suas operações.

As demonstrações contábeis do CULTURANDO são apreciadas pelo Conselho Fiscal e posteriormente aprovadas pela Assembleia Geral do Consórcio.

As políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis foram incluídas nas respectivas notas explicativas e são consistentes em todos os exercícios apresentados para fins de comparabilidade.

3 – Apresentação das Demonstrações Contábeis

3.1 – BALANÇO PATRIMONIAL

3.1.1 – Bancos Conta Movimento

Representa os numerários depositados em contas bancárias de livre movimentação utilizadas para atender os movimentos financeiros das operações de curtíssimo prazo.

2025	
Banco do Brasil	78.634,67

Política Contábil

As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo da operação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço patrimonial. Os ganhos ou perdas são registrados no resultado do exercício respeitando o regime de competência.

3.1.3 – Ativo Imobilizado (Bens Móveis)

Política Contábil

Os ativos imobilizados são reconhecidos pelo custo de aquisição, líquido da depreciação acumulada e perdas por redução do valor recuperável.

A depreciação é realizada pelo método linear e reconhecida no resultado com base na vida útil estimada a partir da data em que os ativos se encontram disponíveis para serem utilizados.

Ganhos e perdas na alienação de ativo imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas na Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

	Vida Útil
Móveis e Utensílios	10 anos
Bens de Informática	5 anos
Veículos	10 anos

O consórcio não possui bens imóveis na data de divulgação das demonstrações contábeis.

3.1.4 – Pessoal a Pagar

Representam valores de salários a pagar de acordo com o regime de competência.

2025	
Salários	34.803,47

3.1.5 – Encargos Sociais a Pagar

São obrigações relativas às Contribuições Previdenciárias e FGTS que teve como fato gerador a folha de pagamento e férias a pagar demonstrada no tópico anterior.

2025	
FGTS	2.784,29
Contribuições Previdenciárias	7.134,71

3.1.6 – Fornecedores

Compreendem as obrigações, vincendas no curto prazo, com fornecedores de materiais e serviços provenientes das atividades operacionais do Consórcio.

2025	
Fornecedores Nacionais	44.111,40

3.1.7 – Patrimônio Líquido

Representa a diferença entre a soma dos ativos e passivos, ou seja, todos os bens e direitos deduzindo as obrigações do consórcio.

É composto pelo Patrimônio Social e os resultados acumulados gerados na atividade operacional do Consórcio.

Os contratos de rateio firmados são contabilizados em contrapartida ao Patrimônio Social, deixando de integrar as variações patrimoniais aumentativas do exercício, conforme estabelece a IPC 10 – Contabilização dos Consórcio Públicos.

3.1.8 – Quadro de Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

A Lei Federal nº 4.320/1964 confere viés orçamentário ao Balanço Patrimonial ao separar o ativo e o passivo em dois grupos, “Financeiro” e “Permanente”, em função da dependência ou não de autorização legislativa ou orçamentária para realização dos itens que o compõem.

Este quadro apresenta os ativos e passivos financeiros e permanentes, de acordo com o disposto no art. 105 da Lei nº 4.320/1964. Seu objetivo principal é apresentar o resultado financeiro especificamente para fins de abertura dos créditos adicionais disposto no inciso I, §1º do art. 43 da mesma Lei.

3.1.9 – Quadro das Contas de Compensação

Este quadro apresenta os atos potenciais do ativo e do passivo a executar, que potencialmente podem afetar o patrimônio do ente.

3.2 – DEMONSTRAÇÃO DAS VARIACÕES PATRIMONIAIS

A Demonstração das Variações Patrimoniais - DVP evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

O resultado patrimonial não é um indicador de desempenho, mas um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais.

A DVP permite a análise de como as políticas adotadas provocaram alterações no patrimônio público, considerando-se a finalidade de atender às demandas da sociedade.

	2025
Variações Patrimoniais Aumentativas	22.266,15
Variações Patrimoniais Diminutivas	5.209.775,52
Resultado Patrimonial	(5.187.509,37)

3.3 – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário demonstrará as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial e atualizada para o exercício, receita realizada e o saldo que corresponde ao excesso ou insuficiência de arrecadação.

Também, demonstrará as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial e atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, liquidadas, pagas e o saldo da dotação.

Além disso, é composto de quadros auxiliares que demonstra a execução dos restos a pagar, processados e não processados. Restos a pagar são despesas empenhadas e não pagas em exercícios anteriores, incluindo as inscritas no exercício.

O Balanço Orçamentário possibilita a apuração do resultado orçamentário, ou seja, as receitas arrecadadas em comparação as despesas empenhadas no exercício, demonstrando o déficit ou superávit orçamentário:

2025	
Receita Orçamentária	5.061.415,94
Despesa Orçamentária	5.209.775,52
Resultado Orçamentário	(148.359,58)

3.4 – BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

O Balanço Financeiro possibilita a apuração do resultado financeiro, ou seja, o aumento ou redução dos saldos financeiros:

2025	
Saldo Financeiro Inicial	85.583,56
(+) Receita Orçamentária	5.061.415,94
(+) Ingressos Extraorçamentários	5.198.760,82
(-) Despesa Orçamentária	5.214.874,04
(-) Dispêndios Extraorçamentários	5.052.251,61
Saldo Financeiro Final	78.634,67

3.5 – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento.

Atividades de financiamento são aquelas que resultam em mudanças no tamanho e na composição do capital próprio e no endividamento da entidade.

Atividades de investimento referem-se à aquisição e à venda de ativos de longo prazo e de outros investimentos não incluídos em equivalentes de caixa.

Atividades operacionais são as atividades da entidade que não as de investimento e de financiamento.

A demonstração foi elaborada pelo “Método Direto”, portanto, demonstrando os recebimentos e os pagamentos brutos detalhados por tipos (classes).

A informação dos fluxos de caixa permite aos usuários avaliarem como a entidade do setor público obteve recursos para financiar suas atividades e a maneira como os recursos de caixa foram utilizados.

2025	
Atividades Operacionais	(6.948,89)
Atividades de Investimento	0,00
Atividades de Financiamento	0,00
Disponibilidades Geradas no Exercício	(6.948,89)

São José do Rio Preto - SP, 07 de janeiro de 2026.

MetaPública Consultoria e Assessoria em Gestão Pública
CRC: 2SP026656/O-4